

Deputados pedem cargos mas governo não negocia

Augusto Fonseca

BRASÍLIA — O deputado Flávio Marcílio (PDS-CE), ex-presidente da Câmara dos Deputados, numa audiência realizada há um mês com o presidente Fernando Collor de Mello, indicou um apadrinhado para ocupar a Delegacia Federal da Agricultura do seu estado. Solicito, Collor telefonou imediatamente para o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, coordenador político do governo e responsável pelo atendimento das solicitações dos parlamentares, ordenando que a indicação de Marcílio fosse atendida. Intrigado com a demora da publicação da nomeação no Diário Oficial, o parlamentar da bancada governista resolveu checar no Ministério da Agricultura o que faltava para seu afilhado ocupar o cargo. Decepcionado, ficou sabendo que a ordem do presidente Fernando Collor havia sido arquivada na gaveta do ministro Bernardo Cabral.

O deputado Paulo Delgado, do PT de Minas Gerais, resume o quadro das novas relações do Congresso com o Palácio do Planalto: "A grande lição desses seis meses é que nenhum Congresso terá condições de ser duro com o governo se não for rigoroso consigo mesmo". Com a determinação de modificar a filosofia do *é dando que se recebe*, que marcou a relação entre o governo Sarney e a bancada que dava sustentação parlamentar ao ex-presidente, o presidente Collor conviveu com seis meses de sobressaltos na administração de sua maioria governista. Histórias como a do deputado Flávio Marcílio contribuíram, porém, para que, ao final dos primeiros 180 dias de governo, a frágil maioria do governo no Congresso chegasse fragmentada a votações como a do veto ao projeto de política salarial das oposições, que só foi mantido graças à ausência de quatro senadores. Na Câmara, o veto de Collor foi derrubado.

Pedidos — Naquela votação, o deputado Gilson Machado (PFL-PE) comemorava aos berros no plenário: "Olha o chumbo que o governo está levando". Governista de primeira hora, Machado foi para a votação decidido a contribuir para a derrubada do veto da política salarial. Ele não se conformava em ter passado todo o tempo do novo governo sem ter conseguido sequer ser recebido pelo ministro da Justiça, Bernardo Cabral. O mesmo ocorreu com o deputado petebista Roberto Jefferson, que tentou empurrar apadrinhados na administração de hospitais públicos, como costumava fazer no governo Sarney. Enfrentou a resistência do ministro da Saúde, o médico Aleni Guerra, que terminou barrando o clientelismo do deputado. Foi o que bastou para que Jefferson virasse um opositorista ferrenho, votando contra o governo que antes apoiava.

Alguns parlamentares governistas aprenderam rápido a mudar o vocabulário. "Não haverá distribuição de cargos, mas o governo estudará indicações dos parlamentares que sejam feitas seguindo rigoroso critério de competência técnica", ensina o líder do PTB na Câmara, Gastone Righi. O parlamentar paulista ensina o caminho das pedras: "É difícil estabelecer a composição do governo com o atual Congresso". Em outras palavras, os parlamentares que não conseguirem se reeleger no dia 3 de outubro sabem que não têm a menor possibilidade de ver qualquer uma de suas indicações atendidas pelo governo Collor.

Essa estratégia começou a ser executada a partir de maio pelo líder do governo na Câmara, Renan Calheiros. Ciente de que o entendimento sobre cargos entre os vários interesses políticos locais das bancadas estaduais era impossível, Renan reuniu a bancada governista para dizer que somente seriam atendidas as indicações que fossem apresentadas como consenso pelas bancadas. Foi a primeira surpresa do governo: as bancadas conseguiram apresentar suas relações de indicados. O caminho foi apelar para a morosidade da máquina estatal e não atender aos parlamentares.

Atenção — Mas não é só de cargos que os parlamentares reclamam. Os integrantes da bancada governista vivem reclamando da falta de atenção a que estão relegados, não conseguindo sequer serem atendidos pelos ministros. O caso mais clássico e cômico foi o do deputado Solon Borges dos Reis (PTB-SP), que usou o nome do deputado petista José Genoíno, um opositorista de primeira hora, pra falar com o governo. Depois de inúmeras tentativas de ser atendido pelo ministro Bernardo Cabral, Solon pegou o telefone e ligou para o gabinete de Cabral:

— Eu gostaria de falar com o ministro Cabral — disse Solon.

— Quem gostaria de falar? — indagou a secretária.

— Diga que é o deputado José Genoíno — respondeu Solon, que não esperou nem 10 segundos pela resposta de Cabral.

— Diga, meu deputado — atendeu o ministro, restando a Solon apenas bater o telefone.

Se não consegue agradar a seus próprios aliados no Congresso, o governo Collor também não consegue nenhum diálogo com a oposição. "O problema do governo Sarney era só o fisiologismo. O Collor acrescentou o autoritarismo", afirma o deputado José Genoíno (PT-SP). Mais moderado, o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) concorda em parte com o parlamentar petista. "O governo Collor só quer captar os bônus e deixar o ônus para o Congresso", observa Ponte, reclamando da opção do governo pelo confronto com a oposição, nunca cedendo nas negociações das medidas provisórias. "O governo tem passado um pouco de autoritarismo e o meu receio é que se crie uma espécie de anti-corpo que complique a relação dos dois poderes", pondera. Na verdade, nestes seis meses o Congresso foi uma espécie de pedra no sapato do presidente, com todos os seus problemas e pedidos. A votação de algumas medidas foi extremamente conturbada, obrigando o governo a ter, em algumas ocasiões, um jogo de cintura surpreendente.

Assim pensa o deputado Paulo Delgado (PT-MG), acreditando que o próprio Congresso contribui para a alternativa de relacionamento que o presidente Fernando Collor escolheu. "O deputado e o senador que estabelecem uma relação de compadrio com o governo são tão prejudiciais quanto o governo que aceita essa relação", ensina Delgado.

Moralidade — Enquanto a relação política com o Congresso segue por caminhos tortuosos e todos esperam uma renovação positiva na casa, o exemplo de moralidade administrativa do novo governo produziu efeitos imediatos no Poder Legislativo. O diretor de Administração do Senado, Antônio Carlos Nantes, é chamado pelos funcionários de *João Santana do Legislativo*. Seu último ato, na terça-feira passada, foi distribuir um comunicado interno ameaçando reduzir à metade os salários dos funcionários que não cumpriram os dois expedientes, chegarem atrasados, faltarem ao trabalho, forem ineficientes ou insubordinados.

O comunicado de duas páginas e meia começa lembrando que a contenção de despesas é a "principal prioridade" do Senado, pois a própria Constituição determina cortes de 10% nas despesas com custeio administrativo e operacional a serem embutidos no orçamento do ano que vem. "Ao Poder Legislativo, o mínimo que se pode exigir é o exemplo de acatamento e respeito aos diplomas legais que produz. Senão, será o caos", diz o diretor.



"Antes de ser rigoroso com o governo, o Congresso precisa ser rigoroso consigo mesmo. Esta é a grande lição destes seis meses"

Paulo Delgado



"Não há distribuição de cargos, mas o governo estuda indicações de parlamentares segundo critérios de competência técnica"

Gastone Righi



"O problema do governo Sarney com o Congresso era só o fisiologismo. O Collor acrescentou mais um problema, o autoritarismo"

José Genoíno



"O governo tem passado um pouco de autoritarismo. Temo que isso complique a relação entre o Poder Executivo e o Legislativo"

Luís Roberto Ponte